


## **2.1 PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:**

Submetem-se à consideração do Executivo o pedido de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, apresentado pela **União das freguesias de Real, Dume e Semelhe**, para a realização da “Feirinha Artesanal”.

Ao Excmo. Sr. Mayor.  
160513  


## PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 41º do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, submete-se pedido de isenção de taxas de Ocupação de Espaço Público, apresentado por "União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe", para a realização de "Feirinha Artesanal".

Trata-se de ocupação para uma feira ou mercado urbano, prevista no nº 2.10 da Tabela de Taxas e Licenças. Os requerentes apresentam a seguinte fundamentação no pedido de isenção:

- "Atividades culturais dinamizadas pela Junta de Freguesia".
- "Realização da Feira Artesanal e Exposição de Artesãos nesta feira não haverá manipulação de alimentos, as receitas reverterem para as Associações".

O valor da taxa, referente à Feira Artesanal realizada nos dias 30 de abril e 1 de maio de 2016, importa em **54,25€**.

- Considerando que foi criada taxa específica para este tipo de Ocupação, em reunião de Assembleia Municipal de 30/04/2015, especialmente adaptada a este tipo de evento com grande "consumo" de espaço utilizado, com duração de apenas umas horas, no valor de 0.20€/m2/dia;
- Considerando que o valor das taxas a pagar por cada feira/mercado se poderá considerar "simbólico";
- Considerando que não deverá haver desigualdade de critérios, uma vez que eventos semelhantes já obtiveram parecer desfavorável à isenção e estão a pagar as respetivas taxas;
- Considerando que se trata de promoção de actividade comercial, concorrente dos operadores económicos a exercerem actividade em instalações fixas, sujeitas a vários tipos de tributação;
- Considerando que a isenção ou redução de taxas pressupõe o fundamento no manifesto e relevante interesse municipal da actividade desenvolvida, atendendo ao previsto no artigo 39º e seguintes do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais;

Assim, sou de parecer que não é de deferir a pretensão aqui veiculada. À consideração superior.

Braga 05 de maio de 2016.

A Chefe Divisão Financeira



(Mª de Fátima Dordio)